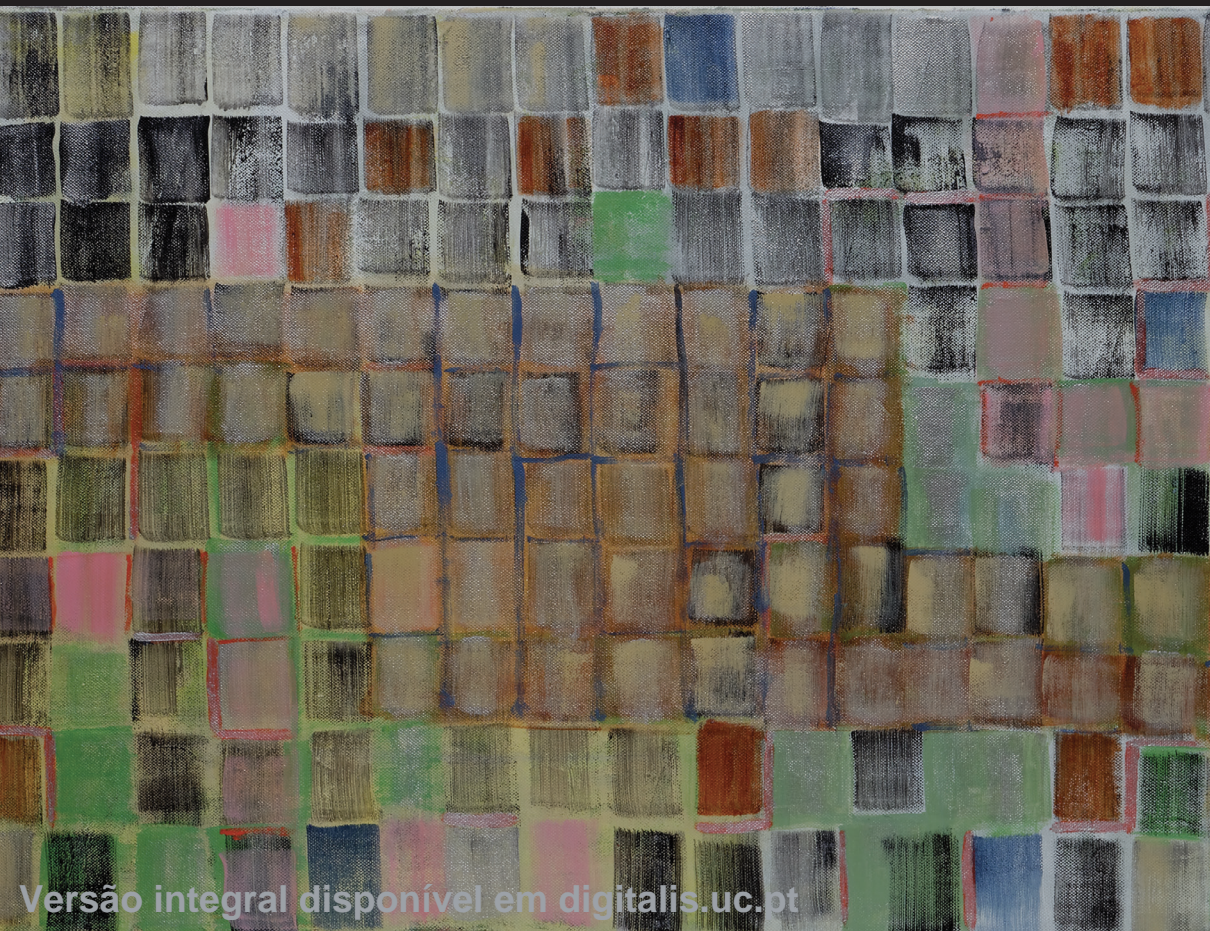


JOÃO CORRÊA-CARDOSO
MARIA DO CÉU FIALHO
(Coordenadores)

A LINGUAGEM NA PÓLIS

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



Versão integral disponível em digitalis.uc.pt



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

IMAGEM DA CAPA

Pormenor do óleo sobre tela intitulado *La cité*
da autoria de Véronique Strick

INFOGRAFIA

PMP, Lda.

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA

Simões e Linhares, Lda.

ISBN

978-989-26-1114-3

ISBN DIGITAL

978-989-26-1115-0

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0>

DEPÓSITO LEGAL

417277/16

© NOVEMBRO 2016, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOÃO CORRÊA-CARDOSO
MARIA DO CÉU FIALHO
(Coordenadores)

A LINGUAGEM NA PÓLIS

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SUMÁRIO

Prólogo	7
Consciência e Linguagem: Acerca da Crítica Linguística do Sujeito na 1ª Metade do Séc. XX <i>Diogo Ferrer</i>	11
Da Crítica Hermenêutica à Metafísica da Subjetividade: a Importância de Gadamer e Ricoeur para Repensar a Linguagem da Pólis. <i>Maria Luísa Portocarrero</i>	55
Estudo do Contacto de Línguas em Ambiente Urbano <i>João Nuno Corrêa-Cardoso</i>	77
O Papel Diferenciado de Subsistemas de Memória de Longo Prazo nos Processos de Aquisição e de Aprendizagem de uma L2: O Modelo Declarativo/Procedimental e as suas Consequências para o Ensino de Línguas Não Maternas <i>Cristina Martins</i>	99
Expressão Oral em Português Língua Não Materna <i>Anabela Fernandes</i>	121
(Re)construir a Palavra do Outro: Tempos e Relações de Tempo no Discurso Indireto <i>Ana Paula Loureiro</i>	145
As Mil Imagens de Uma Palavra <i>Sara Babia</i>	175

Writing From Art	
<i>John Taggart</i>	189
Music and Lyrics: Notes on Italian Songwriting	
<i>Cristina Babino</i>	203
<i>Una Vera Fashion Consciousness. O Italiano da Moda</i> e o Empréstimo Linguístico: Breves Notas a Um Artigo de Vanityfair.it	
<i>Alberto Sismondini</i>	227
Análises dos Media: Do Conteúdo ao Discurso	
<i>Isabel Ferin Cunha</i>	239
A Linguagem do Mito e a sua Força de Interpelação:	
<i>Antígona Frente a los Jueces</i> , de Andrés Pociña	
<i>Maria do Céu Fialho</i>	269

PRÓLOGO

Os livros, tal como as cidades, são locais de memórias e de convívio que nos estimulam sempre a pensar no futuro, próximo ou longínquo, ao mesmo tempo que, através da leitura (como acontece durante as deambulações entre os elementos urbanos) refletimos sobre a génese de cada passo que vamos dando sós ou acompanhados.

A ideia deste livro nasceu há já alguns anos, no momento em que um pequeno grupo de investigadores, de diversas gerações e de diferentes áreas de estudo, desejou pensar em conjunto o exercício da linguagem verbal – e sobre outros comportamentos semióticos que a acompanham –, no espaço da cidade. Ao longo dos encontros, houve contributos que se silenciaram inesperadamente, mas também se juntaram intervenções novas e, para não perdermos a oportunidade de prosseguirmos com o *continuum* dialogal, agora com leitores-viajantes, decidimos publicar o volume, bem heterogéneo, constituído pelas reflexões que se foram entretanto acumulando.

As cidades, tal como os livros, são imensas. Existem as concretas, há as desejadas e aquelas que se imaginam, aspiramos a muitas utópicas para responder a debates difíceis sobre as fragilidades da existência humana e exaltamos de admiração perante cidades antiquíssimas só por causa da pujança magnética do simbolismo que conseguiram preservar durante séculos.

A linguagem verbal é, não apenas antropológicamente, o traço fundacional da nossa espécie que, por sua vez, confere à cidade, uma vez que a explicita, o estatuto de criação humana. Ambas

inscrevem-se no devir histórico e assumem-se claramente como amplos complexos sociais e culturais. A primeira é o *locus* de todas as construções linguísticas sustentadas pelo pensamento, a segunda é o espaço em que elas se organizam, resistem, marginalizam e se transfiguram. A linguagem humana e a cidade encontram-se irremediavelmente uma na outra.

Na transversalidade provocada, nos últimos oito anos, pelos testemunhos publicados neste livro, manifestam então os autores dos doze capítulos o interesse comum em escrutinar, de perto, o exercício linguístico como manifestação plurifacetada *da, na e pela* vida citadina: Diogo Ferrer e Maria Luísa Portocarrero, na abordagem filosófica; João Corrêa-Cardoso, na sociolinguística dos contactos entre idiomas; Cristina Martins, na psicolinguística da aquisição e da aprendizagem de línguas não maternas; Anabela Fernandes, na reflexão científico-didática sobre a expressão oral em português, também com o estatuto de língua não materna, em sala de aula; Ana Paula Loureiro, na observação do discurso indirecto como estratégia de apropriação da palavra de outrem. Encerra o volume um conjunto de textos que estabelecem a relação cúmplice entre a linguagem verbal e o conceito de imagem, de Sara Bahia; entre a poesia e a pintura, de John Taggart; entre a cultura musical e a palavra cantada, de Cristina Babino; entre a moda e o mecanismo da adoção linguística, de Alberto Sismondini; entre as investigações em comunicação e os impactos nos média, tendo como cenário a imigração, de Isabel Ferin. Com Maria do Céu Fialho escutamos a força da voz de Antígona, em palco urbano atual de peça de teatro recentemente publicada.

Uma ideia comum que se glosa é a da inevitabilidade da influência biunívoca entre as interacções semióticas e todos os ambientes por onde o ser humano circula. As línguas e as cidades não pertencem

a ninguém e, todavia, sem as massas falantes ou dialogais nem umas nem outras existiriam. Também por este motivo, e porque se inscrevem no tempo, nas línguas e nas cidades há mutações, diferenças, misturas e sínteses com efeitos cumulativos, a cujos reflexos as gerações sucessivas podem dar maior ou menor atenção. A propósito do facto de que nada do que sai da mente e das mãos humanas ser definitivo, lembro-me do desabafo de um dos personagens de Greene:

«One's file, you know, is never quite complete; a case is never really closed, even after a century, when all the participants are dead.»

Graham Greene (2011), *The Third Man and other Stories*.
Introduction by Richard Greene, London, Collector's Library, p. 34

As línguas e as cidades são irreverentes: nunca se deixa(ra)m reduzir às suas materialidades. Cidades não equivalem a cidades e línguas não equivalem a línguas. As línguas e as cidades são indisciplinadas mesmo perante qualquer normativo que se lhes dirija porque o pensamento e a língua, por não serem definitivos, alteram-se enquanto cada ser falante, no exercício da cidadania e em qualquer época, desejar afirmar-se como uma pessoa livre e cada comunidade linguística desejar proteger a sua identidade. É apenas em liberdade que o saber e o progresso humanos, incondicionalmente assentes no exercício da linguagem verbal, se realizam.

É com um profundo reconhecimento pela sua generosidade incondicional que agradeço a Véronique Strick a autorização para reproduzir na capa do livro a tela da sua autoria intitulada *La cité*.

Deixo uma palavra fraterna às minhas colegas Maria Carmen de Frias e Gouveia e Aida Cristina da Cruz e Silva que, de modo abnega-

do, me ajudaram a rever os textos que agora se publicam. Ao Victor Garcia dou um forte abraço pelo profissionalismo com que tratou a imagem do óleo sobre tela da artista plástica belga Véronique Strick.

João Corrêa-Cardoso

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

Celga-Iltec

Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas – FLUC

**CONSCIÊNCIA E LINGUAGEM:
ACERCA DA CRÍTICA LINGUÍSTICA
DO SUJEITO NA 1ª METADE DO SÉC. XX¹**

Diogo Ferrer

Universidade de Coimbra

ferrer.diogo@gmail.com

Resumo: Neste capítulo, o estudo de antecedentes, na filosofia transcendental de Kant e no empirismo etimológico radical de Horne Tooke, orienta uma panorâmica sobre alguns momentos fundamentais do pensamento filosófico sobre a linguagem no Século XX. São objecto de um estudo comparativo diferentes teorias do significado, nomeadamente, Husserl e a idealidade das significações, Wittgenstein e a linguagem dos factos, o problema da reflexividade, os fundamentos da hermenêutica filosófica e o pensamento etimológico segundo Heidegger, além de referências a aspetos da teoria pragmática do significado, entre outros pontos. A análise comparativa das diferentes teorias permite compreender a situação teórica do sujeito e as consequências da sua crítica ancorada na viragem linguística da filosofia no Século XX.

Palavras chave: Filosofia da Linguagem; Crítica ao Sujeito; Husserl; Heidegger; Wittgenstein; Horne Tooke; Teorias do Significado; Etimologia.

¹ Este texto corresponde, com algumas alterações, a uma conferência proferida em 31 de Maio de 2007 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no Ciclo Interdisciplinar *As ciências da linguagem e outras áreas do saber*, promovido pelo Instituto de Língua e Literatura Portuguesas e pelo Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada. Ao Prof. Doutor João Nuno Corrêa-Cardoso agradeço muito especialmente a oportunidade de apresentar estes tópicos filosóficos para um auditório oriundo de outras especialidades científicas, bem como o caloroso acolhimento concedido.

É, pois, sobre a especificidade da concepção hermenêutica de subjetividade enraizada que vamos pensar. Devemos começar por dizer que a Hermenêutica não rejeita a subjetividade como característica do ser humano. Repensa-a no entanto a partir da sua condição corpórea, enraizada e linguística. Mas para nos entendermos realmente, uma vez que vamos falar de concepções diferentes de subjetividade, precisamos de começar por recorrer a Descartes, filósofo que fundou a existência do *Cogito*, que provou justamente a natureza pensante deste, a sua condição imediata e não relacional, uma vez que o intuito do filósofo era precisamente afastar toda a dúvida e fundar uma racionalidade que conduzisse a certezas:

«Na metafísica de Descartes, o ente foi definido pela primeira vez como a objetividade de uma representação e a verdade como a certeza da representação. Ora, com a objetividade surge a subjetividade, neste sentido segundo o qual o ser certo do objeto é a contrapartida da posição de um sujeito. Assim temos ao mesmo tempo a posição do sujeito e a *proposição* da representação»¹.

Sabemos também que na base de uma tal concepção de subjetividade, a Modernidade pôde desenvolver uma ideia específica de saber, de qualidade claramente operatória e não tanto ética e prática, logo, aquela que, como nos diz Gadamer, «conferiu à ciência experimental um novo estatuto e uma clara importância social e política»². Com ela, instalou-se no Ocidente o valor absoluto da racionalidade calculadora e instrumental que Heidegger tão bem caracteriza na sua conferência *Sérénité*³. Esta nova concepção de ciência, puramente

¹ P. Ricoeur, « *Heidegger et la question du sujet* », in IDEM, *Le conflit des interprétations. Essais d'herméneutique*, Paris, Seuil, 1969, p. 226.

² H-G. Gadamer, *Über die Verborgenheit der Gesundheit. Aufsätze und Vorträge*. Frankfurt, Suhrkamp, 1993, p. 17.

³ M. Heidegger, *Gelassenheit*, Gunther Neske, Pfullingen, 1959.

representativa e dominadora, a da racionalidade pragmática e operatória, que veio a dar origem à tecnociência, deixou de lado como não científica toda uma outra forma mais meditativa, simbólica e hermenêutica de pensar e habitar o mundo. Perdeu-se assim definitivamente, lembra-nos Gadamer, o que nos oferecia o conceito grego de racionalidade: um saber integrador, uma forma mais geral do conhecer que refletia, antes de mais, sobre o modo como o homem habita o mundo, isto é, como se eleva acima do seu *aqui e agora*, formulando «perguntas sobre a verdade e sobre o bem de um modo que não exprima nem o benefício próprio nem o proveito público»⁴.

A grande tradição da filosofia prática e política da Antiguidade – e o seu horizonte primordialmente ético e deliberativo, retomado com alguma força mais tarde, pela problemática do humanismo e finalmente pelo horizonte das chamadas ciências do espírito no séc. XIX – acabou por desaparecer do horizonte da racionalidade ocidental. Esta, puramente neutra e desinteressada, chegou mesmo a transferir, não sem levantar inúmeros problemas, as suas qualidades de razão operatória e produtiva para o âmbito da *praxis* moral do humano. O maior de todos eles foi a substituição de toda a cultura, da indagação ou mesmo da educação do ser humano, por toda uma nova cultura baseada na aprendizagem rápida e instrumental de competências e de automatismos que permitissem a adaptação a uma sociedade, cada vez mais burocratizada e administrada. A ideia de método e o primado absoluto deste sobre as coisas foram remetendo paulatinamente para o esquecimento todo o tipo de racionalidade mais deliberativa e dialógica, aquela que não tem tanto a ver com capacidades que se podem exercitar, mas antes de mais com a participação dos cidadãos na vida pública, com a facticidade

⁴ H.-G. Gadamer, *Gesammelte Werke. Hermeneutik 1. Wahrheit und Methode* 1, Tübingen, Mohr, 1986, pp. 12-13.

das crenças, das tradições, dos valores e decisões que permitem fundar a coesão social e, com ela, uma racionalidade responsável.

Por outras palavras, a investigação científica dominante separou-se do *ethos*⁵, da capacidade de abertura e do enraizamento que caracteriza o humano, enquanto ser dotado de perguntabilidade e distância, isto é, da palavra que se diz ao outro e que por isso mesmo permite sempre compartilhar algo de comum. Desenraizada do mundo da vida, no qual o homem continua a viver e a compreender-se, apesar de tudo, a racionalidade operatória seguiu o seu caminho, impondo o primado da técnica sobre a ação, destruindo crenças e substituindo-as por um valor único: a eficácia. Acabou por converter-se hoje numa séria ameaça que se estende à vida social do homem, isto é, num caminho que inaugura inúmeras transformações do agir humano, reduzindo-o à figura do trabalho ou na linguagem de H. Arendt, à condição do animal *laborans*.

Assim surge a desorientação ética dos nossos dias e toda uma *praxis* manipulada ou mesmo disseminada por múltiplas especializações que, sabendo operar com eficácia, não sabem, muitas vezes, o que fazer com os seus próprios resultados. É que, de facto, e como o autor nos recorda: a condução da vida humana segundo o modelo da racionalidade calculadora, primordialmente baseado em automatismos e capacidades técnicas, esquece a interrogação sobre os fins e conduz inevitavelmente a sérios conflitos, que clamam pela necessidade de uma nova racionalidade.⁶ Veja-se, neste sentido, o *boom* das éticas aplicadas dos dias de hoje e os problemas surgidos desde a segunda metade do séc. XX pela aplicação puramente técnica de teorias fragmentadas e especializadas ao âmbito sempre concreto, afetivo e solidário do mundo vivido dos homens. Todos estes problemas refletem a necessidade de uma outra racionalidade

⁵ Idem, *Das Erbe Europas*, Frankfurt, Suhrkamp, 1989, p.100

⁶ Idem, *ibidem*, pp. 10-11.

que respeite a autonomia e dignidade do ser humano e o sentido verdadeiramente relacional da sua praxis. Com efeito o homem quando manipulado é um homem alienado e insatisfeito, logo é necessário repensá-lo, a si e à sua razão; o que nos obriga a atualizar a célebre distinção kantiana entre pessoas e coisas, percebendo claramente que o homem visa fins próprios que não se podem, de modo algum, reduzir a um puro cálculo de meios. A lógica instrumental dos meios, aquela que tem transformado radicalmente o agir e que acabou por introduzir hoje a necessidade do questionamento ético, não pode substituir-se a uma ponderação dos fins.

Isto quer dizer que a retomada do *Cogito* só é hoje possível por meio de um movimento que parta da intencionalidade do mundo vivido e se oriente para a difícil questão do sentido do estar no mundo⁷. Será ele puramente técnico ou visará, como queria Aristóteles, o horizonte da felicidade?

Tal é o motivo da racionalidade hermenêutica: ela sabe que, depois das críticas da filosofia da suspeita à falsa natureza imediata do *Cogito* e depois da fenomenologia da passividade, há que meditar seriamente o significado da inscrição linguística da subjetividade humana, nomeadamente, a partir do que ficou esquecido pela Modernidade: o mundo da vida com as suas alegrias e tragédias e, por isso, as suas linguagens próprias. A retomada do *eu sou* passa hoje pela prova da dúvida, logo, exige uma hermenêutica dos testemunhos, dos textos, obras e ações deste único ente que se faz um si mesmo singular e que não se reduz mais à transparência do *Cogito*. O *sum* é de facto, uma realidade opaca por detrás do *Cogito*, excede-o e é este o grande enigma deixado em aberto pelas hermenêuticas da suspeita: o que é que eu sou afinal? Como posso perceber que sou sujeito? Tal é a grande questão a que a hermenêutica apenas responde de forma mediata por meio da compreensão das figuras e testemunhos tempo-

⁷ P. Ricoeur, *Le conflit des interprétations*, p. 229

rais deste *sum* que deve agora dar testemunho das suas capacidades para finalmente poder ser entendido. Este novo caminho exige um longo desvio hermenêutico pela alteridade e pela relação, quer isto dizer, pela dimensão semântica da nova compreensão de si e pela dos testemunhos, sempre languageiros da humanidade.

Tal é o eixo da reflexão hermenêutica: a subjetividade atesta-se para si e testemunha-se para os outros; acedemos-lhe então já não pelo modelo da visão, mas pelo da relação, da solicitude e da praxis. Isto é, sempre por meio da atividade e da linguagem deste único ente que é capaz de ser sujeito: «A irrupção da linguagem é a irrupção do ser-aí, pois a irrupção do ser-aí significa que o ser é trazido à palavra na linguagem»⁸. Neste sentido, podemos dizer que a hermenêutica filosófica, nomeadamente a de H.- G. Gadamer e de P. Ricoeur, concretizam o programa fenomenológico da urgência de um retorno às próprias coisas, reinterpretando, a partir da linguagem e dos seus usos, a superstição naturalista do primado dos factos.

II - Qual então o significado específico das ideias de subjetividade e racionalidade no horizonte da filosofia hermenêutica contemporânea? Vamos aqui falar de H.- G. Gadamer e de P. Ricoeur, particularmente das suas críticas à moderna limitação da racionalidade filosófica à problemática do conhecimento e à manipulação do mundo, reduzido a paisagem diante do olhar. Reframo-nos pois, e em primeiro lugar, ao que a hermenêutica rejeita: o modelo de soberania epistemológica e antropológica do sujeito (narcísico) moderno, o famoso *Cogito* exaltado (nas palavras de Ricoeur) que, já de acordo com o parágrafo 6 de *Ser e tempo*, partilha dos grandes pressupostos da metafísica.⁹ Lembremos que, neste parágrafo, Heidegger nos mostrava que a crítica *ao sujeito-Cogito* é uma parte integrante

⁸ Idem, *ibidem*, p. 231.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 225

da destruição da história da ontologia¹⁰. Mas entendamo-nos bem quanto a este assunto: a destruição hermenêutica do *Cogito* não significava aqui uma total aniquilação do *eu sou*, apenas a ideia de que este tinha de ser reinterpretado, uma vez que, com a questão da finitude e do tempo, a tónica se deslocara de uma filosofia que parte do *Cogito*, como verdade primeira, para uma filosofia que parte da questão do ser como a questão esquecida no *Cogito*¹¹.

É pois a grande tese que deu origem à modernidade que a Hermenêutica recusa já desde Heidegger. Que tese é esta? A identificação cartesiana de duas noções: a ideia de *subjectum* como fundamento e a ideia de *subjectum* enquanto eu. Com Descartes, de facto, o homem tornara-se o primeiro e real *subjectum*, o primeiro e real fundamento¹². O que significa que o sujeito, enquanto eu mesmo, se transformara na Modernidade, no centro a partir do qual tudo era entendido; o mundo convertia-se assim num quadro disponível, numa pura representação do *Cogito*.

Claro que isto só era possível porque se omitia a realidade do *sum*, por outras palavras, porque a certeza absoluta do *Cogito* dispensava o filósofo de colocar a questão do sentido deste ente. Foi no contexto da racionalidade científica que surgiu o *Cogito*, como princípio da subjetividade moderna, o que quer dizer que esta pertence à época do mundo como representação e quadro. «O carácter de representação do ente é o correlato da emergência do homem como sujeito»¹³.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 224: «La contestation du *Cogito* constitue une partie de la destruction de l'histoire de l'ontologie, telle qu'elle est poursuivie dans l'introduction de *Zein und Zeit*. Dans le fameux paragraphe consacré à Descartes (§ 6), nous lisons que l'assertion du *Cogito sum* procède ' d'une omission essentielle : celle d'une ontologie de l'être-là ».

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Idem, *ibidem*, p. 226.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 227.

Recuperar então o sentido originário do eu sou, isto é, a capacidade que tem o ente humano de se referir a si mesmo como sujeito, exige que a hermenêutica comece por contestar radicalmente o *Cogito*. Todos conhecemos a primeira frase de *Ser e tempo*: «a questão do ser caiu hoje no esquecimento». O que é importante nesta afirmação é o facto de o problema do ser passar a surgir como uma questão, a questão do homem, ou mais precisamente acontecer no tratamento do conceito de questão, o qual faz referência a um si mesmo, o interpelado na questão. O ente humano é capaz de ser sujeito porque começa por ser interpelado pela questão do ser. O *Dasein*, lembra-nos Heidegger, é um ente especial entre todos os outros, porque é o único tocado pela questão do sentido e orientado pelo questionado, isto é, pela coisa a respeito da qual a questão é colocada¹⁴. Com esta questão descobre-se, ao mesmo tempo, uma nova possibilidade da filosofia do *ego*, a *filosofia do eu sou um ser interpelado*, na medida em que já não sou constituído por certezas mas pela própria indagação. Sou um ser de possibilidades, isto é, não pré-determinado que tem, entre outras, a possibilidade de colocar a questão do ser/sentido. Que ser é este, afinal? Um ser com outros, um ser finito – de outro modo não se questionava – e já lançado numa situação hermenêutica de interação e partilha. É, pois, necessário encarar a finitude e a corporeidade do eu penso e perceber claramente o que a entretence: a dimensão praxística da relação e a experiência de contraste entre o âmbito fáctico que me constitui e o possível da nomeação.

Como perceber então esta dupla dimensão? Há que partir dos signos e indícios, dos textos instituições e do conjunto de testemunhos (história e ficção) que atestam a ligação do eu ao outro, do eu à sua circunstância e, simultaneamente, à dimensão da sua incondicionalidade.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 224.

Por outras palavras, a crítica hermenêutica do *Cogito* e da racionalidade instrumental aposta na linguagem simbólica da pólis, em sentido lato, dado que acredita na significação relacional do *eu sou*, isto é, não rejeita totalmente a possibilidade do *Cogito*. Quer, no entanto, desvinculá-lo de toda a ideia de fundamento e re-interpretá-lo a partir da experiência marcante do séc. XX: a da praxis, a da cidadania e da finitude. Ora, finitude significa estar já lançado numa situação marcada por instituições, sendo a primeira das quais a linguagem; significa partir de tradições e interpretações do mundo, ser um ser relacional, uma praxis de vida, a praxis temporal daquele que se faz questão, palavra, logo que não é já um ser soberano e solitário, mas um núcleo de relações dialogais. É o eu sou relacional, aquilo que a hermenêutica tem em mira: aquele que, nas palavras de Gadamer, quando se descobre, percebe imediatamente a sua inscrição no diálogo, a sua pertença a textos, tradições ou a um efeito de sentido já sempre recebido e aceite como necessário à vida prática. O novo sujeito é o homem da interação, já sempre situado num horizonte plural do sentido, aquele que sempre chega demasiado tarde para suspender todas as suas crenças e diálogos já efetuados e começar tudo de novo, a partir de um grau zero de pressupostos e efeitos históricos.

Com efeito, para a hermenêutica filosófica de Gadamer, e seguidamente para a de Ricoeur, são as condições de possibilidade do agir com outros que permitem perceber o verdadeiro sentido de toda a subjetividade e que determinam ainda o sentido originário da racionalidade. Sem a inscrição num mundo simbólico e axiológico comum não há subjetividade. É o mundo da vida prática governado por valores, crenças e ideários comuns que permite a construção da identidade subjetiva e o enraizamento da racionalidade hermenêutica. Esta sabe que o *Cogito* moderno representava um sujeito virtual sem corpo nem espaço pois que o humano que é concreto concreto parte sempre de pressupostos, resultado da sua pertença a um horizonte

cultural e histórico particular e que estes mais não são do que o sintoma de que o real se diz de múltiplos modos, traduzido por diferentes situações, o que quer dizer que devo perceber que só com a alteridade histórica e concreta do outro tu consigo fazer sentido.

A reabilitação do sentido positivo dos pressupostos de todo o conhecer é assim o tema chave da crítica dialógica gadameriana à racionalidade abstrata da modernidade iluminada ¹⁵. Ela lembra-nos, fundamentalmente, que não podemos construir a nossa identidade sem a linguagem do outro. A lente da subjetividade, diz-nos o filósofo,

«é um espelho que deforma. A reflexão sobre si é apenas uma centelha na corrente fechada da vida histórica. *Por isso os preconceitos de um indivíduo constituem a realidade histórica do seu ser muito mais do que os seus juízos (...)*. Se quisermos fazer justiça ao modo finito e histórico do homem, é preciso realizar uma drástica reabilitação do conceito de prejuízo e reconhecer que existem preconceitos legítimos»¹⁶.

Dada a nossa condição finita começamos, desde logo, por ser herdeiros das ações, significações e avaliações dos outros que nos precederam. No entanto, somos herdeiros ativos e nunca meros repetidores : é a partir da nossa própria questão, de um horizonte novo, concreto e particular, que recebemos o efeito do outro; devemos, por isso, traduzi-lo sempre para a nossa própria linguagem que, por sua vez, se enriquece por meio da maneira como é questionada pela tradição¹⁷.

¹⁵ Cf., neste sentido,. M. Luísa Portocarrero Silva, *O Preconceito em H-G. Gadamer: Sentido de uma Reabilitação*, FCT/ JNICT, 1995.

¹⁶ H.-G. Gadamer, *Gesammelte Werke. Hermeneutik 1. Wahrheit und Methode* 1, p. 281.

¹⁷ Cf., neste sentido, H.- G. Gadamer, *op. cit.*, pp. 311-312.

Os preconceitos, sublinhados por Gadamer como condição do exercício da racionalidade plural, cumprem pois uma dupla função : lembram-nos por um lado a condição profundamente fáctica¹⁸ de toda a racionalidade, logo apontam para algo que nos escapa, a nossa passividade, e sublinham, por outro, a nossa condição profundamente ética e dialógica: somos afinal seres plurais e entes cuja existência resulta dos nossos atos com os outros. Daí a importância dos preconceitos: eles são categorias práticas que nos revelam que a nossa compreensão é um projeto provisório de sentido, uma mediação frágil e provisória, logo capaz de se expor ao outro, à outra cultura ou perspetiva. Esta questiona-me e faz-me finalmente reconhecer que talvez eu não tenha toda a razão ¹⁹ . Gadamer defende assim o valor simbólico e formativo do diálogo que nós somos e fala-nos da posição chave da literatura²⁰, enquanto *medium* da relação entre línguas, culturas e diálogo. A própria educação, pela exposição ao texto, é considerada como arte de crescimento interior pelo facto de nos ensinar a poder não ter razão.

São pois as condições humanas da interação, da socialização, da solidariedade e do serviço ao outro²¹, sem nunca esquecer a particularidade própria, que constituem o verdadeiro motivo gadameriano da crítica do primado exclusivo do método e da sua racionalidade estritamente descritiva e operatória. Tal crítica promove um modelo novo de racionalidade, a racionalidade deliberativa, ética e dialógica, cujas grandes categorias são os preconceitos em sentido positivo,

¹⁸ Cf. J.GRONDIN, *Le tournant herméneutique de la pensée contemporaine*, Paris, Puf, 2003, p. 114.

¹⁹ H.-G. Gadamer, *op. cit.*, pp. 345-346.

²⁰ Cf. *ibidem*, p. 165.

²¹ « Auslegung des gesetzlichen Willens, Auslegung der göttlichen Verheissung zu sein, das sind offenkundig nicht Herrschafts-, sondern Dienstformen». Idem, *ibidem*, p. 316.

pelo menos numa fase inicial, à MLP declarativa/explicita. Assumindo a relevância de perspetivar a questão nestes termos, e por razões de clareza, adotaremos, doravante, neste trabalho, a expressão LNM (língua não materna) para as situações de assimilação tardia de uma língua, depois de adquirida uma primeira, LB para nos referirmos a uma língua adquirida em situação de exposição bilingue precoce (a LA e a LB) e tomaremos L2 como um termo-chapéu para fazer referência genérica às duas situações descritas.

7. Implicações do modelo DP para o ensino de uma LNM

As premissas do paradigma DP terão um relevante impacto no campo do ensino das LNM e das próprias LBs. Na verdade, pressupor que as estruturas gramaticais de uma L2 (ou algumas delas, pelo menos) já foram adquiridas ou serão ainda passíveis de serem apreendidas, pelo aluno, por via procedimental/implícita, ou considerar, ao invés, que é à via declarativa/explicita que o aprendente recorre para as codificar, reter e posteriormente recuperar conduzirá o docente de uma L2 a opções pedagógicas e didáticas não necessariamente coincidentes.

Admitindo a validade da fundamentação apresentada até ao momento para a distinção entre os processos de aquisição e de aprendizagem de uma língua, o ensino formal de uma LB far-se-á alicerçado em orientações gerais que, em princípio, não deverão andar longe das que informam o ensino de uma L1. Assim será porque, nestes casos, ambas as línguas, LA e LB, serão, para o aluno em questão, maternas (pelo menos numa perspetiva psicolinguística). Ressalve-se, contudo, e na medida em que o aluno em relação ao qual a questão se coloca é bilingue, que os pressupostos a presidir ao ensino formal que toma as suas línguas como objeto de desenvolvimento académico decorrerão, de forma crucial, do

perfil sociolinguístico do seu bilinguismo. Dito isto, um programa de ensino orientado para discentes cujo bilinguismo é encarado como uma mais-valia, porque fruto do contacto entre duas línguas social e academicamente valorizadas, será substancialmente diverso daquele que visa corresponder às necessidades de alunos cujo bilinguismo resulte do contacto entre duas línguas de estatuto sociocultural muito díspar. De igual modo, um programa de ensino desenhado para alunos que ostentam uma proficiência relativamente equilibrada em relação aos idiomas em contacto será distinto daquele que tem por alvo crianças reveladoras de um domínio muito desigual em relação a LA e a LB (especialmente quando se dá o caso, recorrente, de a proficiência do aluno ser maior em relação à língua menos valorizada pelo sistema escolar). Por fim, um programa de ensino talhado para crianças bilingues provenientes de uma comunidade linguística que é, ela própria, bilingue, assumirá uma configuração distinta daquele que visa a escolarização de crianças bilingues inseridas numa comunidade predominantemente monolingue. Serão, pois, estas e outras variáveis de natureza fundamentalmente sociopolítica e sociolinguística que determinarão o tipo de ensino, quer de uma LB (quando esta é, de resto, objeto de ensino formal, o que nem sempre é o caso), quer de uma LA com a qual a LB entre em contacto. Seja, contudo, qual for o perfil sociolinguístico do bilinguismo de um aluno nestas circunstâncias, o pressuposto do paradigma DP é que esse aluno terá adquirido estruturas da LA e da LB por via procedimental/implícita e será, portanto, a partir delas que o professor de língua (LA e/ou LB) deverá erguer o seu trabalho.

Já o mesmo não se dirá do aluno que não experimentou uma exposição precoce a *input* bilingue que incluísse a presença da língua veicular do ensino em geral ou a de uma outra ensinada na escola. De acordo com os pressupostos que temos estado a discutir, a assimilação de línguas nestas circunstâncias mobilizará a MLP declarativa/explicita do aluno que, através dela, aprenderá, quer o léxico, quer a

gramática desta que será, então, para si, uma LNM. Numa primeira fase de aprendizagem, assume-se, de resto, que a MLP declarativa é o recurso cognitivo mais relevante ao dispor do aprendente para tal fim. Pressupô-lo representa, já se vê, uma forma de legitimação de estratégias de ensino formal da LNM que passem pelo recurso à explicitação das regras da gramática respetiva, ou, dito de outro modo, pelo ensino de conteúdos de natureza metalinguística.

No âmbito dos trabalhos existentes sobre o ensino de LNM, tem sido, como se sabe, acesa a polémica em torno do papel que nele deverá assumir o ensino explícito da gramática. Algumas abordagens, frequentemente classificadas como «comunicacionais», têm, até, conduzido a práticas pedagógicas que passam pela erradicação (ou quase) do ensino explícito da gramática da LNM. Os pressupostos deste tipo de posições são múltiplos, mas, no que concerne à presente discussão, importa salientar dois.

Consideremos, em primeiro lugar a premissa segundo a qual a assimilação de uma LNM mais eficazmente se fará se centrada em práticas comunicativas, ficando estas ancoradas, em boa parte, e pelo menos nas fases iniciais de aprendizagem, em enunciados-fórmula pré-fabricados (a partir dos quais, em fases posteriores, o aprendente seria capaz de inferir as estruturas gramaticais relevantes da LNM). Frequentemente se argumenta que este tipo de abordagem fomenta a fluência de produção do aprendente, já que dispensa a construção lenta e laboriosa dos enunciados por parte do aluno com base num conjunto (naturalmente limitado, de início) de regras explícitas e de léxico entretanto retido. Contra-argumentando, no entanto, poder-se-á sustentar que um ensino formal de LNM essencialmente assente na promoção de enunciados-fórmula reduz consideravelmente a capacidade de o aprendente se adaptar a novas situações de uso da LNM. Sem o fomento de uma abordagem analítica explícita dos enunciados comumente proferidos em situações de interação verbal e de comunicação típicas, o trabalho interpretativo a empreender

pelo aprendente com base no reconhecimento de estruturas em uso numa dada situação atípica, ou simplesmente nova (não prevista no programa), ficará seriamente comprometido (para uma discussão destas duas posições, cf. Ellis, 2005).

Em segundo lugar, esclareça-se que a promoção de um ensino fundado sobre práticas comunicativas muitas vezes se faz com base no pressuposto de que tal abordagem fomenta a assimilação implícita das estruturas gramaticais da LNM. Ora, como atrás se viu, este é um pressuposto que o paradigma DP rejeita, já que neste quadro se assume que é com recurso à MLP declarativa ou explícita que o aprendente de uma LNM assimila, quer o seu léxico, quer as respetivas estruturas gramaticais. Podendo-se, até, aceitar o argumento de que o recurso sistemático a enunciados-fórmula fomenta a fluência de compreensão oral e até de produção do aprendente de uma LNM, a verdade é que, de acordo com o modelo DP, tais enunciados são processados pela sua memória declarativa (ou explícita) e não pela memória procedimental (ou implícita).

Dito isto, restará, no entanto, formular uma pergunta, deveras relevante para este ponto da discussão: as representações disponíveis em MLP declarativa poderão, por algum meio, converter-se em representações procedimentais? Indagando de outro modo: que tipo de relação subsiste entre a MLP declarativa e a MLP procedimental?

A abordagem desta problemática, com extrema relevância para o ensino das LNM, tem motivado duas posições básicas não coincidentes e nem sequer facilmente conciliáveis entre si. Paradis (2004), por exemplo, advoga que o conhecimento suportado pela memória declarativa jamais se transformará em conhecimento procedimental. Na melhor das hipóteses, a sua mobilização, pelo sujeito, de forma reiterada e ao longo de um período considerável de tempo, conduzirà à sua progressiva automatização, o que, em termos práticos, se traduzirá na redução concomitante do esforço envolvido nessa mesma mobilização. Nestes casos, dir-se-á que a informação retida

na MLP declarativa poderá, eventualmente, vir a assumir um formato procedimentalizado, mas não, de acordo com Paradis, procedimental.

Esta não é, no entanto, uma posição unânime entre os promotores do modelo DP. Ullman (2001b e 2004), por exemplo, não assumindo uma posição inteiramente clara sobre este assunto, evoca, contudo, um conjunto de dados, nomeadamente os apresentados por Perani *et al.* (1998) sobre o cérebro bilingue, consistentes com a tese de que não só o fator «idade de exposição a L2» será relevante para explicar os padrões de ativação cerebral encontrados aquando do processamento de enunciados de L2, como o será, e de modo mais decisivo, o fator «nível de proficiência atingido» pelo falante de L2. Na verdade, e como revelam Perani *et al.* (1998), os falantes fluentes de uma LNM aprendida, portanto, tardiamente, ativam, numa tarefa de processamento de uma narrativa na LNM que lhes é apresentada auditivamente, mais áreas cerebrais envolvidas no «sistema procedimental» do que os falantes não fluentes. Os padrões de ativação cerebral dos falantes proficientes de uma LNM tendem, até, a revelar mais afinidades com os dos falantes da L1 respetiva e menores semelhanças com os dos falantes não fluentes⁵. Ora, dados como estes poderão querer dizer que o diálogo entre a MLP declarativa e a MLP procedimental passará, eventual e inclusivamente, pela possibilidade de «transferência» de representações ou de cópias/versões adequadas destas entre um e outro sistema. Contudo, e ainda que tal se venha a comprovar em investigações futuras, será necessário não esquecer que essa putativa procedimentalização dos conhecimentos apreendidos por via declarativa apenas ocorrerá por via do seu uso reiterado e prolongado. Nas fases iniciais de aprendizagem de uma LNM, argumentar-se-á, será fundamentalmente a MLP declarativa

⁵ Cf., no entanto, os resultados da meta-análise de Hull e Vaid (2007) que indiciam uma maior relevância do fator «idade de exposição a L2» do que do nível de proficiência atingido pelo falante de L2 para a explicação de padrões de lateralização das funções linguísticas no cérebro adulto.

aquela que o aprendiz mobiliza. Se assim é, fará todo o sentido a adoção de estratégias de ensino através das quais se forneçam, ao aluno, informações explícitas sobre o funcionamento da língua a aprender, ao mesmo tempo que fará todo o sentido, com vista à sua automatização/procedimentalização, a promoção de múltiplas oportunidades de uso efetivo e reiterado das estruturas assim apreendidas (i.e., o fomento de sessões de treino).

A adoção destas premissas básicas permite, em suma, a compatibilização de práticas pedagógicas fundadas nos usos comunicacionais com outras mais ancoradas na análise e explicitação das estruturas. Dado, aliás, o estado de aceso debate em torno de muitas das problemáticas abordadas neste trabalho, julgamos sensata a subscrição, à semelhança do que propõe Ellis (2005), da posição que, recentemente, e a outro propósito, O'Grady (2003) identificou como sendo *the radical middle*. Procurámos demonstrar em que medida o paradigma DP permitirá a adoção de uma tal posição radicalmente intermédia. Procurámos igualmente defender que, com base em tal modelo, fundado sobre dados neuro-anatómicos e neurofuncionais, é possível sustentar que o processo de aquisição de uma L2 (ou LB) é, desse ponto de vista, substancialmente diverso do de aprendizagem de uma L2 (ou LNM).

Bibliografia

- Abrahamsson, Niclas / Hyltenstam, Kenneth (2003), *Maturational Constraints in SLA*. In: Doughty, Catherine J. / Long, Michael H., eds. – *The Handbook of Second Language Acquisition*. Malden, Blackwell.
- Baddeley, Alan (1999), Memory. In: *Encyclopedia of the Cognitive Science*, Wilson, R.A.; Keil, F.C., eds. – *The MIT*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Collete, Fabienne/ Linden, Martial Van Der / Poncelet, M. (2000), *Working Memory, Long-Term Memory and Language Processing: Issues and Further Directions*. Brain and Language.
- Ellis, Rod (2005), *Principles of Instructed Language Learning*. System, 33.

- Hamers, Josiane F. / Blanc, Michael H. A. (1989), *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hull, Rachel / Vaid, Jyotsana (2007), *Bilingual Language Lateralization: a Meta-Analytic Tale of Two Hemispheres*. Neuropsychologia, 45.
- Jordan, Michael / Russel, Stuart (1999), Computational Intelligence. In: Wilson, R.A.; Keil, F.C., eds. – *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*. Cambridge, Mass.: MIT Press, lxxiii-xc.
- Krashen, Stephen D. (1981), *Second Language Acquisition and Second Language Learning*. Oxford, Pergamon Press. Edição on-line de 2002, disponível, a 24.11.2009, em http://www.sdkrashen.com/SL_Acquisition_and_Learning/index.html
- Krashen, Stephen D. (1994), *The Input Hypothesis and its Rivals*. In: Ellis, N.C., ed. – *Implicit and Explicit Learning of Languages*. London, Academic Press.
- Lenneberg, Eric H. (1967 [1975]), *Fundamentos biológicos del lenguaje*. Madrid, Alianza Editorial. Tradução do original inglês *The Foundations of Language*. [s. l.]: John Wiley and Sons.
- Lourenço, Mónica Sofia Marques (2006), “Does younger really equal better?": *avaliação de estratégias de aprendizagem de vocabulário em inglês como LE no ensino básico*. Tese de Mestrado em Linguística e Ensino, especialidade de Linguística Aplicada. Inédita: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- McLaughlin, Barry (1984), *Second Language Acquisition in Childhood: Preschool Children*. Vol. I., 2nd ed., Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates.
- Mandler, Jean (1998), *Representation*. In: Damon, W., Kuhn, D., Siegler, R.S., eds. – *Handbook of Child Psychology*. Vol. 2: Cognition, Perception and Language. 5th ed., New York, John Wiley & Sons.
- Martins, Cristina (2008), *Línguas em contacto: «saber sobre» o que as distingue. Análise de competências metalinguísticas de crianças mirandesas em idade escolar*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- O’Grady, William (2003), *The Radical Middle: Nativism without Universal Grammar*. In: Doughty, Catherine J.; Long, Michael H., eds. – *The Handbook of Second Language Acquisition*. Malden, Blackwell.
- Paradis, Michel (1997), *The Cognitive Neuropsychology of Bilingualism*. In: Groot, Annette M. B. de, Kroll, Judith F., eds. – *Tutorials in Bilingualism. Psycholinguistic Perspectives*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Paradis, Michel (2004), *A Neurolinguistic Theory of Bilingualism*, Amsterdam, John Benjamin Publishing Co.
- Perani et al. (1998), *The Bilingual Brain. Proficiency and Age of Acquisition of the Second Language*. Brain, 121.
- Ullman, Michael T. (2001a), *The Declarative/Procedural Model of Lexicon and Grammar*, Journal of Psycholinguistic Research, 30 (1).
- (2001b), *The Neural Basis of Lexicon and Grammar in First and Second Language: the Declarative/Procedural Model*, Bilingualism: Language and Cognition, 4 (2).
- Ullman, Michael T. (2004), *Contributions of Memory Circuits to Language: the Declarative/Procedural Model*. Cognition, 92.

White, Lydia (1989), *Universal Grammar and Second Language Acquisition*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Co.

————— (2003), *On the Nature of Interlanguage Representation: Universal Grammar in the Second Language*. In: Doughty, Catherine J., Long, Michael H., eds. – *The Handbook of Second Language Acquisition*. Malden, Blackwell.

EXPRESSÃO ORAL EM PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA

Anabela Fernandes

Universidade de Coimbra
sf.anabela@gmail.com

Resumo: Nesta exposição tentarei assinalar a especificidade de interações verbais orais em Português como língua não materna, tendo ponto de partida do texto a noção de comunicação e a interpretação abusiva de que essa noção foi alvo no domínio do ensino de língua não materna, levando à ideia de que a comunicação, e em particular a comunicação oral, dispensa o conhecimento gramatical e relega a forma escrita para um papel subalterno. No âmbito deste texto, assume-se antes um conceito de comunicação mais amplo e uma relação de complementaridade entre a oralidade e a escrita, uma vez que os aspetos que as separam decorrem de diferenças no enquadramento espaciotemporal e nos objetivos comunicativos que condicionam a forma e o conteúdo dos enunciados. Mais do que em qualquer outro, no discurso oral, em que os falantes se encontram muito frequentemente no mesmo contexto situacional, esse contexto desempenha um papel crucial na construção do sentido. Devido a essa circunstância, o discurso oral é caracterizado pela presença de marcas discursivas específicas. Partindo da modalidade discursiva e atendendo ao contexto de aprendizagem destes alunos, retiraram-se conclusões quanto a materiais e metodologias de ensino adequadas ao desenvolvimento da competência oral dos aprendentes neste contexto particular.

Palavras chave: Português língua não materna; comunicação oral; escrita; marcas discursivas; materiais e metodologias de ensino.

Abstract: This chapter argues for a reconceptualisation of communication that would enlarge second language learning and teaching approaches. We claim that this results in a deeper awareness of the contextual and interaction dimensions of language use and the broadening of the predominant view of oral communication, especially concerning the status of grammar and writing which have been neglected for a long time.

Keywords: Portuguese as second language; oral communication; writing; discourse markers; teaching materials and methodology design.

Nesta exposição tentarei assinalar a especificidade das interações verbais orais, retomando algumas reflexões sobre a natureza dinâmica do processo comunicativo e o seu carácter essencialmente contextual, para daí retirar consequências no que concerne aos métodos e aos instrumentos mais adequados ao desenvolvimento da competência no Português como língua não materna (PLNM).

O ponto de partida do texto é a noção de comunicação e a interpretação abusiva de que essa noção foi alvo no domínio do ensino de língua não materna, levando à ideia de que a comunicação, e em particular a comunicação oral, dispensa o conhecimento gramatical e relega a forma escrita para um papel subalterno. No âmbito deste texto, assume-se antes um conceito de comunicação mais amplo e uma relação de complementaridade entre a oralidade e a escrita, uma vez que os aspetos que as separam decorrem de diferenças no enquadramento spatiotemporal e nos objetivos comunicativos que condicionam a forma e o conteúdo dos enunciados. Mais do que em qualquer outro, no discurso oral, em que os falantes se encontram muito frequentemente no mesmo contexto situacional, esse contexto desempenha um papel crucial na construção do sentido, como se explicita na secção I. Devido a essa circunstância, o discurso oral é caracterizado pela presença de marcas discursivas específicas, que são referidas na secção II. Na secção III, reflete-se sobre a relevância atribuída à competência oral em língua não materna no âmbito

o PtSit2 expressar a relação de localização em relação a PtF1, uma vez que esta diverge da orientação relativamente a PtF2 (é “anterior” e não “simultânea”).

Retomamos um dos exemplos:

Discurso original: Juro dizer a verdade. (“simultaneidade total”)

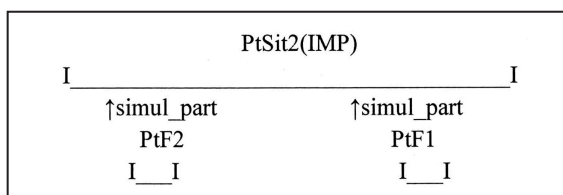
Ele jurou dizer a verdade. (“anterioridade” a PtF1)

DI: Ele disse que jurava dizer a verdade.

*DI: *Ele disse que jurou dizer a verdade.*

No terceiro caso previsto (a situação descrita tem uma duração que inclui, também, o intervalo em que decorre o PtF1), configura-se uma relação de simultaneidade parcial também com o PtF1 (**PtSit2 (IMP) *simul_part* [PtF2 + PtF1]**).

Esquema 9



Continuing applicability: PtF2 (PRET) e PtSit2 (IMP / PR)

Neste último cenário, a relação de simultaneidade funciona quer para PtF2 quer para PtF1, pelo que, de acordo com o que vimos, o PtSit2 pode apresentar-se sob a forma de Presente do Indicativo (PR):

PtSit2 *simul_part* [PtF2 (PRET) + PtF1] » PtSit2 (IMP ou PR)

«Eu vivo em Baião.»

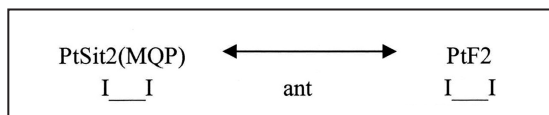
Ele vive em Baião.

DI: Ele disse que vive / vivia em Baião.

3.2 PtF2 (PRET) e PtSit2 (MQP)

O MQP configura uma relação de anterioridade de PtSit2 relativamente ao seu PtRef, que coincide com o PtF2: **PtSit2 (MQP) ant PtF2 (PRET)**.

Esquema 10



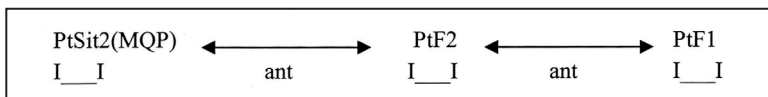
«*Eu vivi em Baião.*»

Ele viveu em Baião.

DI: Ele disse que tinha vivido em Baião.

Neste sentido, a relação com o PtF1 será também de anterioridade (**PtSit2 (MQP) ant PtF1**).

Esquema 11



3.2.1 Continuing applicability: PtF2 (PRET) e PtSit2 (MQP / PRET)

Neste caso, e uma vez que a relação de anterioridade é sempre extensível a PtF1 (“*continuing applicability*”), o PtSit2 pode apresentar-se sob a forma de Pretérito Perfeito do Indicativo (PRET):

PtSit2 ant [PtF2 (PRET) + PtF1] » PtSit2 (MQP ou PRET)

«*Eu vivi em Baião.*»

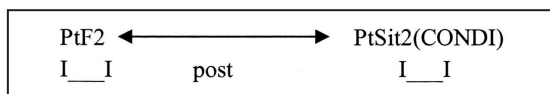
Ele viveu em Baião.

DI: Ele disse que viveu / tinha vivido em Baião.

3.3 PtF2 (PRET) e PtSit2 (CONDI)

Numa das suas configurações temporais típicas,²⁴ que aqui consideraremos, o CONDI (também chamado, nesse sentido, “futuro do passado”) representa os eventos enunciados num tempo posterior ao PtF2: **PtSit2 (CONDI) *post* PtF2 (PRET)**.

Esquema 12



Neste esquema, o tempo da situação descrita em PtSit2 não se inscreve em nenhum momento específico (duração e distância) a partir do seu PtRef (PtF2), podendo localizar-se ora no tempo que medeia entre PtF2 e PtF1 (como podemos ver no esquema 13), ora num tempo posterior a este último (cf. Esquema 14):

Esquema 13



«Passarei férias em Baião.»

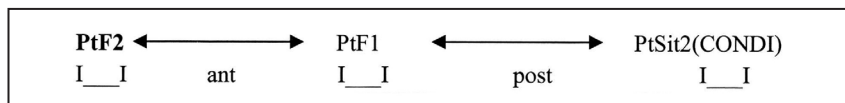
Ele passou férias em Baião.

DI: Ele disse que passaria férias em Baião.

DI: Ele disse que passou férias em Baião. (cf. Condição 7)*

²⁴ Este comportamento semântico-temporal está limitado a contextos em que o ponto de referência seja passado. Esta condição é enunciada em Mateus et alii (2003: 158), da seguinte forma: «Este tempo comporta-se como tal [do título da secção: «O Futuro do Passado/Condicional»] desde que o ponto de perspectiva temporal seja passado.».

Esquema 14



3.3.1 *Continuing applicability*: PtF2 (PRET) e PtSit2 (FUT)

Neste último caso, verifica-se a condição enunciada por Comrie (1986). É, assim, possível o PtSit2 assumir ora uma forma temporal verbal anafórica (*relativa*), ora uma forma temporal verbal deítica (*absoluta*).

PtSit2 *post* [PtF2 (PRET) + PtF1] » PtSit2 (CONDI ou FUT)

«Passarei férias em Baião.»

Ele passará férias em Baião.

DI: Ele disse que passaria / passará férias em Baião.

Conclusão

Neste trabalho, propusemo-nos reequacionar globalmente a questão da (re)construção das relações de tempo(s) no discurso citado, especificamente as relações entre a situação descrita no segmento de discurso reproduzido e os dois atos enunciativos envolvidos (citador e citado). Em particular, procurámos observar os esquemas temporais (verbaux) disponíveis para o discurso citado em estilo indireto. Tomámos por referência a regra de sequência de tempos enunciada em Comrie (1986: 284-285).

Nesse sentido, começámos por identificar as condições temporais (verbaux) para a ocorrência do fenómeno *discurso citado*. Destacamos as seguintes: (i) obrigatoriedade de expressão da relação temporal (de orientação) entre a situação descrita no discurso reproduzido e o ponto da fala do Enunciador original (*Regra da estabilidade do*

ponto de referência); (ii) possibilidade de expressão (simultânea, não exclusiva) da relação temporal (de orientação) entre a situação descrita no discurso reproduzido e o ponto da fala do Enunciador citador.

Observámos que esta última possibilidade está disponível no discurso indireto, mas apenas para os casos em que a relação temporal com o ponto da fala do Enunciador citador é a mesma que a relação temporal relativamente ao ponto da fala do Enunciador original (*continuing applicability*, Comrie, 1986). Nestes casos, o Enunciador citador pode optar por manter na situação descrita no discurso reproduzido o tempo verbal do discurso original.

Bibliografia citada

- Bosque, Ignacio / Violeta Demonte (1999), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa Calpe.
- Brecht, Richard D. (1974), “Deixis in embedded structures”, In *Foundations of Language. International Journal of Language and Philosophy*, vol. 11.
- Comrie, Bernard (1986), “Tense in indirect speech”, in *Folia Linguistica*, tomo XX.
- Duarte, Isabel Margarida (2003), *O Relato de Discurso na Ficção Narrativa: contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Grevisse, Maurice (1988), *Le Bon Usage*, Paris-Gembloux, Duculot. [12.^a edição, André Goosse].
- Güldemann, Tom / von Roncador, Manfred (eds.) (2002), *Reported Discourse: A Meeting Ground for Different Linguistic Domains*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins.
- Janssen, Theo A.J.M. / Wim van der Wurff (eds.) (1996), *Reported Speech. Forms and Functions of the Verb*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins.
- Landeweerd, Rita / Co Vet (1996), “Tense in (free) indirect discourse in French”, in Janssen / Wurff (eds.), *Reported Speech. Forms and Functions of the Verb*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins.
- Loureiro, Ana (1997), *Os «tempos simples do indicativo» nos discursos direto e indireto livre n’ O Primo Basílio de Eça de Queirós*, Tese de Mestrado, Coimbra (não publicado).
- Maldonado, Concepción (1991), *Discurso Directo y Discurso Indirecto*, Madrid, Taurus Universitaria.

- Mateus, Maria Helena Mira *et al.* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho [5.^a edição].
- Oliveira, Fátima / Lopes, Ana (1995), “Tense and Aspect in Portuguese”, in: Thieroff (ed.) (1995), *Tense Systems in European Languages II*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- Peres, João Andrade (1993), «Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese», *Cadernos de Semântica*, 14, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Queirós, Eça de, *O Primo Basílio*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Reyes, Graciela (1993), *Los procedimientos de cita: estilo directo y estilo indirecto*, Madrid, Arco Libros.
- (1994), *Los procedimientos de cita: citas encubiertas y ecos*, Madrid, Arco Libros.
- Thieroff, Rolf (ed.) (1995), *Tense Systems in European Languages II*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- Vet, Co / Vetters, Carl (eds.) (1994), *Tense and Aspect in Discourse*, Berlin / New York, Mouton de Gruyter.
- Vetters, Carl (1994) “Free indirect speech in French”, in: Vet / Vetters (eds.), *Tense and Aspect in Discourse*, Berlin / New York, Mouton de Gruyter.

AS MIL IMAGENS DE UMA PALAVRA

Sara Babia

Universidade de Lisboa
sarabahias@gmail.com

Resumo: Análise das relações entre as imagens e as palavras e consideração da sua importância na construção do conhecimento e das suas potencialidades criativas.

Palavras chave: imagem; palavra; psicologia; linguística; semiótica.

Abstract: Analysis of the relationships between images and words and of their role in the knowledge production and assessment of their creative potentialities.

Keywords: image; word; psychology; linguistics; semiotics.

Resumo

Em 1921, o publicitário Fred Barnard proferiu uma frase que viria a tornar-se célebre: «uma imagem vale mil palavras» (v.g. Knowles, 2004). Porém, a banalização da imagem e da arte que se seguiu acabou por conduzir à incapacidade de se reparar nas mil palavras de uma imagem ou nas mil imagens de uma palavra. Na base da deturpação do sentido da frase de Barnard parece estar um investimento académico cada vez maior na especialização e concomitantemente

menor na criatividade, uma dificuldade crescente em visualizar e uma capacidade de abstração cada vez menos desenvolvida nos públicos mais jovens. “Ver” as mil imagens de uma palavra ou as mil palavras de uma imagem implica ser capaz de: (1) aprofundar o conhecimento, isto é, ter consciência da complexidade da sua organização e a complementaridade entre as suas diferentes expressões; (2) saber observar, ver e reparar; (3) ser crítico, ou seja, desafiar o que se sabe, inventar, colocar questões, valorizar diferentes perspetivas; e, ainda, (4) ser prático, ou seja, aplicar o conhecimento.

«As palavras são coisas, e são uma pequena gota de tinta
caindo como orvalho num pensamento,
produzindo aquilo que faz milhares, talvez milhões, pensarem»
(Lord Byron)¹

Em 1917, no romance-monólogo entre o orador e o filósofo, Raul Brandão explicava que «Nenhum de nós sabe o que existe e o que não existe. Vivemos de palavras. Vamos até à cova com palavras. Submetem-nos, subjugam-nos. Pesam toneladas, têm a espessura de montanhas. São as palavras que nos contêm, são as palavras que nos conduzem». O *Húmus* de Raúl Brandão constitui um *meme* deixado às gerações que se seguiram. Termo cunhado por Dawkins (1976), um *meme* é uma herança cultural, ideia, língua, som, desenho, capacidade, valor estético ou ética e que se traduz por palavras e/ou imagens. Infelizmente assistimos hoje a uma certa incapacidade de incorporar alguns dos *memes* nas memórias individuais e coletivas, pela dificuldade, relutância, ou mesmo impossibilidade, de reparar

¹ Tradução livre do poema encontrado em John Bartlett [1992, *Familiar quotations: A collection of passages, phrases, and proverbs traced to their sources in ancient and modern literature*. (16th ed.). Boston, Little Brown].

nas mil imagens de uma palavra ou nas mil palavras de uma imagem. A frase de Fred Barnard «uma imagem vale mil palavras» parece já não surtir o eco que teve antes da banalização da imagem (e da arte) que se seguiu à sua divulgação. Ao longo do chamado século da imagem, a proliferação da imagem nos contextos mais diversificados² acabou por a banalizar e conduzir a uma menor apreciação e a um menor impacto da imagem enquanto veículo rico de informação. Subjacente à desfiguração do sentido da frase de Barnard parece estar um maior investimento na especialização e menor na criatividade; uma dificuldade crescente em visualizar e uma capacidade de abstração cada vez menos desenvolvida nos públicos mais jovens.

Apesar de social e culturalmente valorizada, a especialização centrada num determinado domínio do conhecimento acarreta consequências nefastas em termos da interpretação de imagens e de palavras, e, em última instância, da produção de novos conhecimentos. A leitura de uma imagem exige flexibilidade na medida em que é preciso visualizar diferentes perspetivas e conceitos, mesmo que não pareçam ser relevantes. Por seu turno, a visualização de diferentes perspetivas e conceitos exige flexibilidade cognitiva e criatividade que implicam um conhecimento aprofundado de um determinado domínio do conhecimento (Simonton, 1988). No entanto, como referem Sternberg & Lubart (1991) é necessário saber-se o suficiente sobre um tema, mas não demasiado.³ Na realidade, se por um lado, o conhecimento aprofundado permite «ancorar» a informação (v.g. Ausubel, 1960), por outro a hiperespecialização provoca a rigidez cognitiva e é limitativa, na medida em que os especialistas sabem

² Por exemplo, podemos referir as reproduções de obras de pintura em cartões de Natal, em caixas de chocolate ou em perfumes.

³ Isaac Newton começou a trabalhar as descobertas que viriam a revolucionar o conhecimento (a *lei da gravitação universal*, o *cálculo infinitesimal*, a *natureza da ótica*). No ano da Peste Negra de 1666 as instituições públicas britânicas viram-se obrigadas a fechar as suas portas. Newton já tinha concluído os seus estudos em Cambridge, ou seja, já sabia o suficiente sobre tais assuntos, mas não em demasia.

distinguir demasiado bem o relevante do irrelevante, e a flexibilidade e a criatividade envolvem a associação de diferentes domínios do conhecimento (v.g. Sternberg / Lubart, 1991). Neste sentido, a hiper-especialização não promove a criatividade (Martindale, 1999).

Por outro lado, a banalização da imagem parece ter levado as pessoas a fruírem cada vez menos das múltiplas expressões artísticas com suporte em palavras e/ou imagens. A par desta limitação, a capacidade de abstração fundamental para retirar sentido de palavras e/ou imagens também parece desenvolver-se cada vez mais tardiamente. Se o acesso à abstração ocorria há meio século atrás por volta dos quinze e dezasseis anos (v.g. Piaget e Inhelder, 1958), hoje este acesso parece ocorrer mais tardiamente (v.g. Bryant, 1985; Sutherland, 1992). Algumas investigações têm mesmo verificado que muitos adultos não conseguem utilizar a abstração, tendendo a utilizar uma estrutura concreta em muitas circunstâncias (v.g. Cowan, 1978). No entanto, é a capacidade de abstração que permite a assunção de múltiplas perspetivas e enquadramentos bem como a construção de novos significados (v.g. Piaget, 1977).

2. Das imagens das palavras

A análise de palavras e de imagens parece ser cada vez menos trabalhada e cada vez mais inacessível devido à banalização da imagem, pelas barreiras à criatividade e pela falta de oportunidades de abstração. A sua análise exige a utilização de estratégias (e de capacidade e competências) mnésicas, linguísticas, de visualização e de abstração bem desenvolvidas porque imagens e palavras estão interligadas.

Segundo Paivio (1971), o registo da informação na memória é realizado através de um código dual constituído por palavras e/ou imagens. No entanto, para Kosslyn (1990), dois terços das imagens

Andrés Pociña, o conhecido catedrático de Literatura Latina da Universidade de Granada, surpreende-nos com uma poderosa Medeia de matriz greco-galega que domina o espaço cénico – o lugar de Camariñas, na Galiza, onde se refugia – com um monólogo em que se cruzam, incandescentes e contidos, como no interior de um vulcão, memórias e sentimentos. Os silêncios são os silêncios da própria paixão, traduzida na linguagem cultural galega. O texto dramático surge a partir de uma série de curtas narrativas escritas pelo autor e publicadas em 1977, com o título *Se de desmiticar falades*³

Coube a Juli Leal a encenação da peça, que teve a estreia em 25 de Maio de 2005 em Valência⁴. Desde então, a peça foi representada frequentes vezes, e com notável êxito, quer em Espanha quer em outros países, foi traduzida para várias línguas e tem sido objecto de estudos académicos.

Segue-se-lhe *Atardecer en Mitilene*, peça intimista, cujo círculo de acção é o círculo de Safo e das suas discípulas no jardim da mestra, em que, numa polifonia discreta, do espaço feminino, se cruzam e confrontam paixões que despertam, que anseiam por correspondência, paixões juvenis, em contraste com a maturidade passional contida da mestra⁵. A peça foi estreada em Granada em 2010, representada continuamente, em espaços diversos, até ao presente. O mesmo grupo teatral que a estreou – Grupo Afrodita, do I.E.S Bueno Crespo, de Granada - deslocou-se em Junho de 2011 ao pátio do Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, onde representou a peça, no âmbito do XIII Festival de Teatro de Tema Clássico⁶.

³ Como refere Martínez Martínez (2009) 75-76, estas narrativas foram submetidas a uma profunda remodelação e deram, assim, origem à peça-monólogo representada em 2005.

⁴ Vide Martínez Martínez, *op. cit.* 75; 83-84, trata-se de uma produção do Grup de Recerca i Acció Teatral de la Universidad de València. Medeia foi representada com o maior êxito pela actriz Begoña Sánchez.

⁵ Romero Mariscal (2012) 203-217.

⁶ Brandão (2011) 842-843.

Em Junho de 2015 Andrés Pociña supreende-nos de novo, ao editar, conjuntamente com as duas peças já conhecidas, representadas e traduzidas, uma peça inédita: uma *Antígona frente a los jueces*. O volume dá pelo título de *Medea, Safo, Antígona (Tres piezas dramáticas)*, e foi publicado em Granada, Esdrújula Ediciones. O leitor percebe, à partida, que está perante uma *Antígona* que, simultaneamente, difere e depende das interpretações e reescritas de *Antígona* através dos tempos. Reconhece-se a rebeldia da protagonista, que infringe a proibição de sepultura de Polinices e que, em nome de um dever sagrado lhe presta honras fúnebres, bem como a prepotência de Creonte, prestes a punir a jovem, sob a capa do aparelho institucional. Da irredutibilidade destas duas figuras permanece o eco para além do desfecho da peça.

No entanto, a peça abre *post factum*, diversamente da sofocliana – a jovem já havia desobedecido, saído do palácio e prestado as honras fúnebres que lhe foram possíveis a Polinices. O espaço cénico-dramático é o de um tribunal que se prepara para a julgar, presidido por Creonte e constituído, com respeito pelas quotas de género, por dois juízes e duas juízas. A peça consiste nesse julgamento.

Sumamente importantes são as indicações cénicas do autor: a liberdade de disposição em cena é total, o guarda-roupa também o é, o ambiente é o da Hélade original, sem deixar de conter ecos de tempos futuros. O Coro perde a sua identidade coral homogénea, para passar a ser constituído por quatro elementos, singulares, de perfil diversificado, dos quais três assistem ao julgamento (Pueblo Uno, secretário do tribunal, Pueblo Dos, Pueblo Tres, Pueblo Cuatro, com a particularidade de se tartar de uma mulher velha, franzina e enérgica), podendo compreender um quinto elemento (Pueblo Quinto), sentado entre o público – isto é, o tempo/lugar do julgamento de Antígona amplifica-se e passa a compreender todo o espaço do espectáculo, palco e bancadas do público. Dir-se-ia que esta é uma táctica dramática antipódica do estranhamento brechtia-

no, em função de uma mesma estratégia: desmontar a ficcionalidade do representado, para nele envolver criticamente o público como coisa sua, da sua história e do seu tempo, ainda que faça de conta que o espaço/tempo é o de Tebas. Em boa verdade, o julgamento de Antígona configura toda a leitura, interpretação, compreensão e decorrente reescrita do mito de uma Antígona de todas as épocas. A confirmá-lo estão as indicações cenográficas do autor, como a inicial, de apresentação da protagonista (p. 98):

Antígona, mujer joven, como fue siempre

O julgamento inicia-se com a intervenção do secretário (Pueblo Uno), para fazer o ponto da situação judicial: Antígona é acusada de crime, confirma-se que abdica de defensor, assumindo ela mesma a sua defesa. Do julgamento pode decorrer a absolvição, caso a ré seja inocentada, ou a prisão perpétua, já que, por iniciativa do rei defunto, Édipo, foi abolida a pena de morte – em reavaliação no preciso momento em que decorre este processo. O espectador é, assim, alertado para a diferença entre Édipo e Creonte, um tirano que reabriu a discussão sobre a pena de morte, bem como para o expectável enfrentamento retórico ético-político entre Antígona e os juízes, que constituirá a acção da peça⁷.

O Juez Primero dita os autos judiciais. Antígona está parcialmente com eles: reconhece ser a autora das proibidas honras fúnebres a Polinices, seu irmão, mas refuta, reiteradamente, a culpa. Não reconhece culpa num gesto para o qual (p. 102):

...no hay ley, ni divina ni humana, que pueda castigarlo.

⁷ Quanto ao *logos* enquanto verdadeira acção de Antígona, tendente a ganhar peso nas reescritas mais modernas do mito, vide Honig (2013) 121-150.

Formulada de outro modo, o leitor ou o público reconhece nestas palavras a certeza da Antígona sofocliana acerca dos princípios universais pelos quais havia regido os seus actos (Soph. *Ant.* 454-455):

...as leis não escritas e inabaláveis dos deuses.

Porém, aqui não é o recesso longínquo dos deuses a sede de tais princípios: a sua universalidade, a bem dizer, constitui uma utopia – eles seriam universais se todos os homens e mulheres fossem fiéis à dignidade e sentido de justiça e solidariedade que deveriam ser próprios da sua natureza humana, se escutassem a voz do seu íntimo e não construíssem barreiras à linguagem do coração, como se depreende de posterior argumentação da jovem, que opõe ‘escrito’ a ‘inscrito’ (p. 113):

...hay cosas que no están escritas en la leyes ni contempladas
en las costumbres, pero se encuentran inscritas en el interior de
nuestros corazones

É graças à intervenção do Pueblo Cuatro, a velha, franzina e enérgica, que Antígona logra concluir o seu primeiro discurso de defesa, várias vezes interrompido com o interrogatório do Juez Primero. Este elemento do povo mantém, de resto, esse seu papel de protesto enérgico e desafrontado, mesmo confrontando Creonte (e. g. p. 107):

Yo estoy aquí para lo que estoy. Sin voto, pero con voz, no se
olvide.

A mesma velha arrasta os outros elementos do povo, no final, a reconhecer a razão da sua revolta, repetindo em coro – finalmente, em Coro – estas suas palavras (p. 120):

Demasiadas veces el pueblo calla cuando debería hablar!

A sua adesão a Antígona sugere que esta mulher representa uma espécie de retrato antecipado de como seria Antígona, se tivesse envelhecido: nunca conformada com a injustiça e a tirania.

A competência retórica de Antígona e a certeza das suas razões leva-a a desmontar, sistematicamente, as acusações dos juízes, a ponto de fazer com que Creonte deixe cair a sua máscara de austera imparcialidade. E Antígona argumenta numa linguagem simples e fluida, por contraste com a formalidade da linguagem do tribunal. Ela refuta, sistematicamente, as acusações que partem do pressuposto das leis de Creonte. À luz dos princípios que invoca, inscritos no seu coração, não reconhece culpa alguma. Não há dogmas nem construções judiciais que prevaleçam como verdades, já que tudo depende do ponto de vista, da roupagem argumentativo, do traquejo político ou da límpida ligação à vida e vivência dos afectos e do dever deles decorrente (pp. 101-102):

No estoy de acuerdo en el modo que tiene el juez de presentar los hechos. Sabe muy bien, porque para eso tiene estudios, y también mucha práctica política, que cualquier hecho puede ser interpretado de modos muy distintos según la manera de presentarlos. Por ejemplo, todas esas cosas que dije, muy bien meditadas por cierto, y que además y alas traía dispuestas por escrito, yo puedo resumirlas en muchas menos palabras: yo enterré a Polinices porque era una persona, porque estaba muerto, porque era mi hermano. Ahí está la verdad complete, y eso no hay ley, ni divina ni humana, que pueda castigarlo.

Sem o tom provocatório de Antígona em Sófocles, que ousa chamar louco ao rei (v. 470), a Antígona de Andrés Pociña, com toda a naturalidade e num tom coloquial, desmonta as construções de Creonte, a quem não deixa de chamar ‘tio’ (p. 104):

No deforme las cosas, tío. Yo jugaba más con Polinices, porque teníamos edades parecidas, por eso pore so quería menos a Eteocles.

Esta Antígona, na sua firmeza, é uma mulher de afectos, sem a dureza da homónima sofocliana. Se, na peça de Sófocles, Antígona proclama (v. 323) “nasci para amar, não para odiar”, não deixa de se contradizer, já no prólogo, quando Ismena se distancia dos seus planos, por receio, e tenta dissuadi-la de levar por diante o seu arrojado intento (v. 93): “se continuares a falar assim, seras objecto de ódio da minha parte”. Não é o que acontece na peça de Andrés Pociña, em que Antígona defende Ismena (também esta, como em Sófocles, se declara, a certa altura, falsamente conivente com Antígona), reconhecendo, com alguma ternura, que sua irmãmente por mero afecto (109):

Ismena miente. Miente ahora, por amor a mí, cuando me ve en peligro de ser condenada. Siempre fue así, una niña buena, pero sin energía, sin decision, siempre lenta cuando hay prisa.

O autor concebe, então, uma Antígona em que o princípio enunciado pela de Sófocles corresponde ao carácter da figura, no seu todo – não há ódio, mas o propósito de repor a justiça dos gestos, das relações, da correcta compreensão dessas mesmas relações familiares e da redenção dos mortos, cobertos pelo juízo de preconceito, que carregam com a sua memória a leitura que deles é feita por Creonte e por muitos séculos. Inspirado na relação e na referência fulcral que a Antígona sofocliana demonstra e reitera energicamente para com os seus mortos, de tal modo que o espectador percebe nela uma vontade de a eles se juntar, uma referência maior à morte que

ao mundo dos vivos e da pólis⁸, Andrés Pociña reelabora livremente essa relação, demonstrando extrema originalidade.

Que estratégia utiliza o autor para reorganizar esta parte do mito? Recorrendo a uma diferenciação do corpo de juízes, que permite um tipo de defesa diversa à medida que a peça avança. O último juiz a intervir é uma mulher: a Jueza Cuarta. O seu interrogatório processa-se como uma verdadeira preocupação por averiguar as razões de Antígona e o contexto que determina essas razões. E isto abre espaço para que Antígona evoque a relação afectuosa entre todos os irmãos, ainda que Etéocles fosse o mais distante, por ser o mais velho, a relação afectuosa entre filhos e pais – Édipo, um rei humanizado, segundo Antígona, o melhor rei que Tebas teve (p. 115), e Jocasta, uma mulher enérgica, cuja energia se vê herdada por Antígona, e extremamente preocupada com a educação dos filhos e das filhas. A diferenciação desta Jueza Cuarta em relação aos outros juízes e a sua sintonia adivinhada com Antígona, que, de resto, vai crescendo, encontra eco na velha que constitui o Pueblo Cuatro. Temos, assim, uma convergência feminina que faz vingar a voz e a força vital da mulher nesta peça, sobre tirania, arbitrariedade, hipocrisia. Nesse aspecto a peça evolui para se enquadrar em modernas tendências da reescrita de Antígona como uma afirmação mais que feminina – feminista⁹.

O que, aparentemente, constitui uma peça num só acto, respeita o ritmo da peça sofocliana. Não há intervenções corais a separar episódios, mas quatro momentos de silêncio que, a meu ver, desempenham esse papel. Precisamente, a intervenção da Jueza Cuarta e o universo feminino e de afectos familiares revividos, que se abre no diálogo entre Antígona e a juíza, provocam uma espécie de

⁸ Esta leitura, fundamentada e extremamente lúcida da Antígona de Sófocles é da autoria do teólogo Bultmann (1936) e determinou a compreensão da peça-

⁹ Rawlinson (2014) 101-123.

insurreição entre o povo que, finalmente, proclama em uníssono a necessidade de quebrar silêncios na tirania, seguindo o grito da velha. Cai o silêncio, um silêncio longo, pesado, revelador, quebrado por um discurso hipócrita de Creonte, que se não contém mais, vendo o julgamento de Antígona tomar um perigoso rumo.

O rei propõe o que sabe ser impossível: que Antígona se dê como culpada e assim será absolvida por Creonte – mas sem exéquias para Polinices. A resposta final de Antígona destaca-se, pelo seu próprio tom, e distancia-se para um plano do universal. Antígona já não trata Creonte por ‘tio’, mas por ‘rei’, recuperando a eterna imagem do confronto entre as duas figuras. De si mesma fala na terceira pessoa, abrindo assim ao público, espectador do julgamento, um grande plano temporal, que vai desde Atenas aos nossos dias e se abre a futuras reescritas (p. 121):

Entonces no hay conciliación possible, rey Creonte. Antígona actúa por deberes y por principios, tú por mantener una imagen determinada. Antígona actúa como persona justa y como ciudadana, tú solo como gobernante injusto y como tirano. Antígona actua por amor a su hermano, tú por conservar el poder. Antígona jamás pactará nada contigo, rey Creonte.

Estas são as palavras que permanecem a ecoar no desfecho da peça: um julgamento em aberto, num impasse entre Antígona e Creonte. Pociña recupera a imagem do conflito inultrapassável, que remonta à leitura de Hegel e de Goethe, mas esse conflito é entre pessoas e não entre princípios simétricos. A justiça e os afectos permanecem do lado feminino; Creonte é o tirano. E o julgamento permanece em aberto ao futuro: trata-se do todo dos ‘julgamentos’-releituras de Antígona, havidos e a haver – daí o futuro ‘pactará’ e o distanciamento de Antígona em relação a si mesma, operado pela utilização da terceira pessoa.

Três vozes no feminino: a de Medeia, de Safo e de Antígona. As duas primeiras estão marcadas pelo signo do intimismo e da riqueza e tensão interior do coração feminino; a terceira abre-se ao espaço público, unindo família, afectos, ao sentido de justiça e acção na pólis. Constituem, assim, uma verdadeira trilogia de vozes no feminino que se completa em si mesma.

A última voz, como se disse, é a de Antígona, que ecoa, temporal/intemporal, e se oferece a quem recolha o seu mito para o recriar, nele projectando tensões e interrogações que marcam a historicidade de quem reescreve e quem julga. É esta a força do mito, que se constitui em interpelação constante, do passado ao presente, do passado ao futuro, nas diversas formas que a comunidade vai assumindo.

Bibliografia

- Brandão, J. L. (2001) “XIII Festival de Teatro de Tema Clássico 2011” *Humanitas* 43, 842-846.
- Bultmann, R.(1967, reed. de 1936) “Polis und Hades in der *Antigone* des Sophokles” in H. Diller (ed.), *Sophokles*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 311-324.
- Fialho, M. C. (2000), “Sobre o trágico em *Antígona* de Sófocles” in V. Jabouille et al. (eds.), *Estudos sobre Antígona*, Lisboa, Inquérito, 29-50.
- Honig, B., *Antigone. Interrupted* (2013) Cambridge, University Press.
- Martínez Martínez, J. M. (2009), “Medea en Camariñas”, *Philologica Urcitana* 1, 71-84.
- Rawlinson, M. C. (2014), “Beyond Antigone: Ismene, Gender and the Right to Life” in T. Chanter, S. D. Kirkland (eds.), *The Returns of Antigone. Interdisciplinary Essays*, New York, State University Press, 101-123.
- Romero Mariscal, L. (2012), “Safo en el teatro español contemporáneo: *Atardecer en Mitilene* de Andrés Pociña”, *Humanitas* 64, 203-217.

João Corrêa-Cardoso Doutorado em Linguística Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é Professor Auxiliar de Linguística Portuguesa nessa instituição. A 26 de Julho de 1999, no Instituto de Letras da UERJ, Rio de Janeiro – Brasil, foi-lhe atribuída a Medalha de Mérito Lingüístico e Filológico Oskar Nobiling e o respectivo Diploma pela Sociedade Brasileira de Língua e Literatura. Da sua carreira docente salienta-se a leccionação em Seminários de Romanística das Universidades alemãs de Hamburg, de Göttingen, de Kiel, de Leipzig, de Freiburg e de Jena. Tem publicado diversos trabalhos, sobretudo na área da Sociolinguística – nas vertentes rural, urbana e escolar –, e ainda na área da Dialectologia, de que se poderão destacar os seguintes títulos: *O Dialecto Misto de Deilão* (1995), *Estudo de sociolinguística escolar em torno das atitudes das crianças de Maputo (I)* (1998), *Sociolinguística rural. A freguesia de Almalaguês*. (1999), *Wo meine Heimat ist, weiss ich nicht genau: aspectos da construção linguística da identidade em crianças portuguesas residentes em duas cidades alemãs* (2000), *Sociolinguística urbana de contacto. O português falado e escrito no Reino Unido* (2004).

Maria do Céu Fialho Professora Catedrática na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se nos Estudos Literários, Línguas e Literaturas Clássicas e sua Recepção. Neste âmbito publicou vários trabalhos, dos quais se destacam: «Coimbra na obra de Vergílio Ferreira», *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra. 41 (2004) 63-70; “Mito, narrativa e memória” in *Que fazer com este património? Em memória de Victor Jabouille*. Lisboa, 2004; Introd. e tradução de “Rei Édipo, Traquínias, Electra, Édipo em Colono” in: M. H. Rocha Pereira, J. R. Ferreira, M. C. Fialho, *Sófocles. Tragédias*, introd. trad., Coimbra Capital da Cultura, 2003; “Sob o olhar de Medeia de Fíama Hasse Pais Brandão” in *Medea: versiones de un mito desde Grecia hasta hoy*. Granada, 2003:1. P. 1125-1135; “Cidadania e celebração na Grécia Antiga” in *Europa em mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade cultural*, coord. M. M. Tavares Ribeiro. Coimbra, 2003, P. 13-30; “Sófocles, Rei Édipo”, introd. trad., Madrid-Conímbriga, 2003.